

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO FÍSICA E FISIOTERAPIA

MARIA EDUARDA NUNES DE FREITAS

**Esporte, Criminalidade e Políticas Públicas em Uberlândia: um estudo das
vivências e narrativas comunitárias.**

UBERLÂNDIA

2025

MARIA EDUARDA NUNES DE FREITAS

Esporte, Criminalidade e Políticas Públicas em Uberlândia: um estudo das vivências e narrativas comunitárias.

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Faculdade de
Educação Física e Fisioterapia da
Universidade Federal de Uberlândia
para conclusão do curso de
Licenciatura em Educação Física.

Orientador: Prof. Dr. Sérgio Inácio
Nunes.

UBERLÂNDIA

2025

MARIA EDUARDA NUNES DE FREITAS

Espor te, Criminalidade e Políticas Públicas em Uberlândia: um estudo das vivências e narrativas comunitárias.

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Faculdade de
Educação Física e Fisioterapia da
Universidade Federal de Uberlândia
para conclusão do curso de
Licenciatura em Educação Física.

Orientador: Prof. Dr. Sérgio Inácio
Nunes.

Banca Examinadora

Prof. Dr. Sérgio Inácio Nunes (Orientador) FAEFI/UFU

Prof.^a Dra. Aline da Silva Nicolino FAEFI/UFU

Prof. Dr. Vagner Matias do Prado FAEFI/UFU

UBERLÂNDIA
2025

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por me conceder força, saúde e sabedoria em cada etapa desta caminhada, iluminando meus passos e me dando coragem para não desistir diante das dificuldades.

À minha mãe e ao meu pai, pelo amor incondicional, pelo apoio em todos os momentos e por sempre acreditarem no meu potencial. Sem o incentivo de vocês, nada disso seria possível.

Ao meu namorado, pela paciência, compreensão e incentivo constante, estando ao meu lado em cada desafio e celebrando comigo cada conquista.

Á banca examinadora, composta pelos/as professores Aline Nicolino e Wagner Matias, pela atenção, pelas valiosas contribuições e pela disponibilidade em participar deste momento tão importante da minha formação.

Não poderia deixar de agradecer também ao meu orientador, Sérgio pelo apoio, paciência e dedicação em todo o processo. Sua orientação, conhecimento e disponibilidade foram essenciais para o desenvolvimento deste trabalho.

E um agradecimento especial à minha irmã, que compartilhou comigo não apenas a vida, mas também nesta jornada acadêmica, estando na mesma sala e no mesmo curso. Sua ajuda, parceria e companheirismo foram fundamentais para que eu chegasse até aqui, tornando essa trajetória ainda mais significativa.

A todos vocês, minha eterna gratidão.

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo analisar se as políticas públicas de esporte e lazer em Uberlândia contribuem para a prevenção da criminalidade e para a transformação social de moradores do bairro São Jorge. A pesquisa parte do pressuposto de que o esporte e o lazer, quando tratados como direitos sociais, desempenham papel fundamental na promoção da cidadania, na inclusão social e na redução de vulnerabilidades. De modo mais específico, o estudo busca investigar relatos de quatro pessoas que se envolveram ou não com a criminalidade, considerando a presença ou ausência de políticas públicas de esporte e lazer em suas vivências; compreender os efeitos positivos da participação em projetos esportivos e de lazer na vida de moradores do bairro estudado; comparar as percepções dos dois grupos quanto ao acesso, qualidade e importância das políticas públicas esportivas; e avaliar os limites e as possibilidades dessas políticas como estratégias de prevenção à violência em contextos de vulnerabilidade social. O estudo foi desenvolvido por meio de entrevistas com quatro moradores do bairro, buscando compreender as trajetórias de vida de indivíduos que tiveram ou não acesso a projetos esportivos e de lazer. A partir das análises, procurou-se identificar como essas iniciativas podem influenciar positivamente na construção de valores, no fortalecimento de vínculos comunitários e na prevenção de comportamentos de risco. Conclui-se que o incentivo ao esporte e ao lazer constitui uma importante ferramenta de transformação social, sobretudo em contextos marcados por desigualdades e vulnerabilidade, como o bairro São Jorge em Uberlândia.

Palavras-chave: Políticas públicas; Esporte; Lazer; Criminalidade; Inclusão social.

ABSTRACT

This study aims to analyze how public sports and leisure policies in Uberlândia contribute to crime prevention and the social transformation of residents in the São Jorge neighborhood. The research is based on the assumption that sports and leisure, when treated as social rights, play a fundamental role in promoting citizenship, social inclusion, and reducing vulnerabilities. The study was conducted through interviews with neighborhood residents, seeking to understand the life trajectories of individuals who had or did not have access to sports and leisure projects. Based on the analyses, the study sought to identify how these initiatives can positively influence the development of values, the strengthening of community bonds, and the prevention of risky behaviors. It is concluded that encouraging sports and leisure constitutes an important tool for social transformation, especially in contexts marked by inequality and vulnerability, such as the São Jorge neighborhood in Uberlândia.

Keywords: Public policies; Sports; Leisure; Crime; Social inclusion.

LISTA DE GRÁFICOS E TABELAS

Gráfico 1 Número total de crimes por ano

Gráfico 2 Média mensal de crimes

Tabela 1 Crimes, ano e quantidades

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
REFERENCIAL TEÓRICO	10
MATERIAIS E MÉTODOS.....	14
RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	15
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	20
REFERÊNCIAS	22
APÊNDICE 1.....	24
APÊNDICE 2	25

INTRODUÇÃO

As políticas públicas de esporte e lazer desempenham um papel fundamental no desenvolvimento social, na promoção da qualidade de vida e na redução de vulnerabilidades sociais. Em diversas cidades brasileiras, iniciativas governamentais voltadas para o incentivo à prática esportiva têm sido utilizadas como estratégias para minimizar os índices de criminalidade e violência, principalmente em áreas de maior risco social. A vulnerabilidade social refere-se às condições sociais, econômicas e territoriais que ampliam a exposição de indivíduos e grupos a riscos, sem que isso determine comportamentos específicos, mas evidencie a ausência de proteção social e oportunidades (Castel, 1988; Abramovay, 2002). Já a violência configura-se como um fenômeno mais amplo, manifestando-se de forma física, psicológica, simbólica ou estrutural, e vinculada a processos históricos e relações de poder que produzem diferentes formas de dano (Minayo, 2006; Bourdieu, 1988). A criminalidade, por sua vez, corresponde aos atos definidos juridicamente como crime e aos processos de criminalização que recaem de maneira desigual sobre determinados grupos sociais (Zaffaroni, 2007). Esses três conceitos dialogam entre si na medida que contextos de vulnerabilidade tendem a ampliar a exposição, à violência e às dinâmicas de criminalização, evidenciando como desigualdades sociais estruturaram trajetórias e percepções comunitárias sobre segurança e convívio social. Assim, compreender essas relações é essencial para discutir o papel das políticas públicas de esporte e lazer como possíveis estratégias de proteção social e redução dessas vulnerabilidades nos territórios urbanos.

Uberlândia, uma das maiores cidades do estado de Minas Gerais, tem adotado políticas públicas voltadas ao esporte e lazer com o objetivo de oferecer oportunidades para crianças, jovens e adultos, promovendo a inclusão social e afastando indivíduos de contextos de marginalização. Nesse sentido, o esporte pode contribuir de maneira significativa para a formação da cidadania, promovendo valores como "o respeito, a solidariedade e a disciplina" (Bracht, 1999, p. 45).

O esporte e o lazer, quando tratados como direitos sociais, desempenham um papel relevante no desenvolvimento humano, na promoção da cidadania e na prevenção de situações de vulnerabilidade. Em comunidades marcadas por desigualdades sociais, a presença ou ausência de políticas públicas voltadas para essas áreas pode impactar diretamente a trajetória de vida dos indivíduos, seja oferecendo oportunidades de integração e pertencimento, seja deixando lacunas que podem favorecer o envolvimento com a criminalidade. Nesse sentido, o estudo sobre a relação entre esporte, lazer e prevenção da violência se mostra pertinente para compreender de que forma tais políticas contribuem para a transformação social.

O presente trabalho tem como objetivo geral analisar se as políticas públicas de esporte e lazer influenciam na prevenção da criminalidade e na transformação social de moradores do bairro São Jorge, em Uberlândia, com base em diferentes trajetórias de vida.

Para alcançar esse objetivo, o trabalho se estrutura em quatro objetivos específicos: investigar relatos de pessoas que se envolveram e não se envolveram com a criminalidade, considerando a presença ou ausência de políticas públicas de esporte e lazer em suas vivências; compreender os efeitos positivos da participação em projetos esportivos e de lazer na vida de moradores dos bairros estudados; comparar as percepções dos dois grupos quanto ao acesso, qualidade e importância das políticas públicas esportivas; e avaliar os limites e as possibilidades dessas políticas como estratégias de prevenção à violência em contextos de vulnerabilidade social.

Esse bairro foi escolhido por representar contextos urbanos onde as desigualdades, os desafios sociais e a vulnerabilidade se fazem presentes, tornando essencial observar como as práticas esportivas e de lazer podem se configurar como alternativas de inclusão e ressignificação de percursos individuais e coletivo.

REFERENCIAL TEORICO

As políticas públicas podem ser compreendidas como um conjunto de ações, decisões e programas elaborados pelo Estado, com a colaboração da sociedade, com o objetivo de atender às necessidades coletivas e promover o bem-estar social (Amaral; Lopes; Caldas, 2008).

Essas políticas envolvem a formulação, implementação e avaliação de estratégias que buscam solucionar problemas ou suprir necessidades da população em diversas áreas, como saúde, educação, segurança, esporte e lazer. Elas podem ser desenvolvidas em diferentes níveis governamentais (municipal, estadual e federal) e dependem da interação entre governo, instituições e sociedade civil.

As políticas públicas de esporte e lazer no Brasil estão diretamente relacionadas a um conjunto de leis e normativas que garantem o acesso da população a essas práticas como um direito social. Essas legislações estabelecem diretrizes para a promoção do esporte e do lazer, buscando assegurar a inclusão, o desenvolvimento humano e a redução das desigualdades sociais.

A principal base legal dessas políticas está na Constituição Federal de 1988, que reconhece o esporte como um direito de todos e um dever do Estado. O artigo 217 determina que o Estado deve fomentar práticas desportivas formais e não formais, garantir a autonomia das entidades esportivas, bem como proteger e incentivar as manifestações esportivas, especialmente aquelas voltadas para crianças, jovens e pessoas em situação de vulnerabilidade (Brasil, 1988).

Outro marco importante é a Lei nº 9.615/1998, conhecida como Lei Pelé, que regula o funcionamento das atividades esportivas no país. Essa lei estabelece princípios para o esporte educacional, de participação e de rendimento, garantindo a atuação do Estado na promoção do acesso ao esporte e na criação de incentivos para atletas e programas sociais (Brasil, 1998).

O Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (Lei nº 8.069/1990) – também reforça a importância do acesso ao esporte e ao lazer como direitos fundamentais de crianças e adolescentes. O artigo 4º determina que é dever do Estado, da família e da sociedade garantir o acesso ao lazer, ao esporte e à cultura, assegurando o desenvolvimento integral dos jovens (Brasil, 1990).

O Plano Nacional do Esporte (BRASIL, 2016, p. 12), estabelecido pelo governo federal, apresenta um conjunto de diretrizes para fomentar o esporte e o lazer em todo o território nacional. Ele orienta a criação de programas e investimentos que visam garantir o acesso ao esporte para diferentes públicos, incluindo projetos sociais voltados para a redução da criminalidade e a inclusão social.

Por fim, destaca-se a Política Nacional de Esporte (PNEsp), instituída pela Lei nº 11.438/2006, que incentiva o financiamento de atividades esportivas por meio da Lei de Incentivo ao Esporte. Essa legislação permite que empresas e cidadãos direcionem parte

do imposto de renda para projetos esportivos aprovados pelo governo, fortalecendo ações que utilizam o esporte como ferramenta de inclusão e desenvolvimento humano (Brasil, 2006).

Agora se tratando da cidade de Uberlândia, a Fundação Uberlandense do Turismo, Esporte e Lazer (FUTEL) é um órgão municipal vinculado à Prefeitura de Uberlândia, criada em 1978 com a finalidade de desenvolver ações voltadas ao esporte e ao lazer no município. Desde então, a instituição tem se destacado por administrar a infraestrutura esportiva da cidade, incluindo os centros poliesportivos, o Centro de Iniciação ao Esporte, o UTC, o Estádio Parque do Sabiá, a Arena Sabiazinho, o Parque do Sabiá, entre outros espaços.

Além da gestão desses espaços públicos, a FUTEL desenvolve uma série de atividades que visam incentivar a prática esportiva e promover a qualidade de vida da população de Uberlândia. Entre suas atribuições, destacam-se a promoção da cidadania por meio do esporte e do lazer, a democratização do acesso à recreação, o apoio ao desenvolvimento dos esportes olímpico e paralímpico, bem como a detecção e o desenvolvimento de talentos esportivos. Também faz parte de suas responsabilidades propor políticas que atendam às necessidades da população, estabelecer parcerias com instituições públicas e privadas e valorizar manifestações esportivas locais.

O incentivo ao esporte em diferentes frentes permite o fortalecimento da identidade esportiva-cultural da cidade e contribui para a inclusão social de crianças, jovens, adultos e idosos, especialmente aqueles em situação de vulnerabilidade. A Fundação, em consonância com políticas públicas de esporte e lazer em nível nacional, atua para garantir que essas práticas sejam acessíveis a toda a população, promovendo a saúde, o bem-estar e o convívio social.

Entre os equipamentos administrados pela FUTEL, destaca-se o Poliesportivo São Jorge, localizado na Avenida Toledo, nº 125. Nesse espaço, são ofertadas diversas modalidades esportivas e atividades de promoção da saúde. As vagas são distribuídas entre 60 para futebol de campo, 15 para futebol de campo feminino e 20 para capoeira.

Além disso, há 25 vagas para ginástica funcional, 50 para mix dance e 15 para caminhada orientada. Essas atividades são gratuitas e buscam atender à comunidade do bairro e regiões vizinhas, promovendo o esporte como instrumento de cidadania e qualidade de vida. Assim, observa-se que a atuação da FUTEL é fundamental para efetivar os direitos previstos na Constituição Federal de 1988, especialmente no que se refere ao acesso universal ao esporte como prática social. No entanto, ainda existem desafios

relacionados à equidade territorial, sendo necessária a ampliação das políticas públicas em áreas com menor cobertura, como forma de democratizar o acesso às práticas esportivas e reduzir desigualdades.

A análise da criminalidade urbana exige uma compreensão que vá além dos números, articulando dados estatísticos com dinâmicas sociais, econômicas e espaciais. A partir da disponibilização de um painel interativo desenvolvido pelo PET Estatística da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), é possível identificar padrões, variações e concentrações de crimes violentos ocorridos na cidade entre os anos de 2020 e 2024. Esses dados mostram oscilações significativas em indicadores como homicídios, estupros e roubos, com destaque para o aumento expressivo registrado no ano de 2024.

Segundo os dados sistematizados pela UFU, os anos de 2021 e 2023 apresentaram os menores índices de criminalidade violenta, enquanto 2024 demonstrou uma retomada preocupante no crescimento de delitos como roubo e homicídio.

Tabela 1 – Crimes, ano e quantidades.

Indicador	2020	2021	2022	2023	2024
Roubo	1726	1224	1393	1021	1429
Homicídio	79	83	84	117	151
Estupro	112	129	117	119	139
Extorsão	20	21	35	26	32
Sequestro	11	12	12	9	12

Gráfico 1 – Número total de crimes por ano.

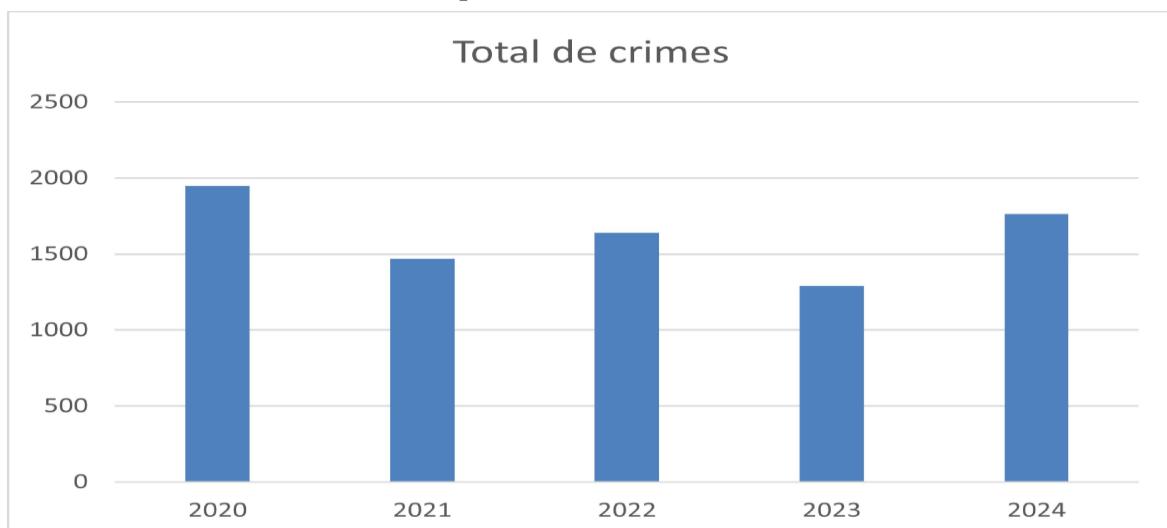


Gráfico 2 – Média mensal de crimes.

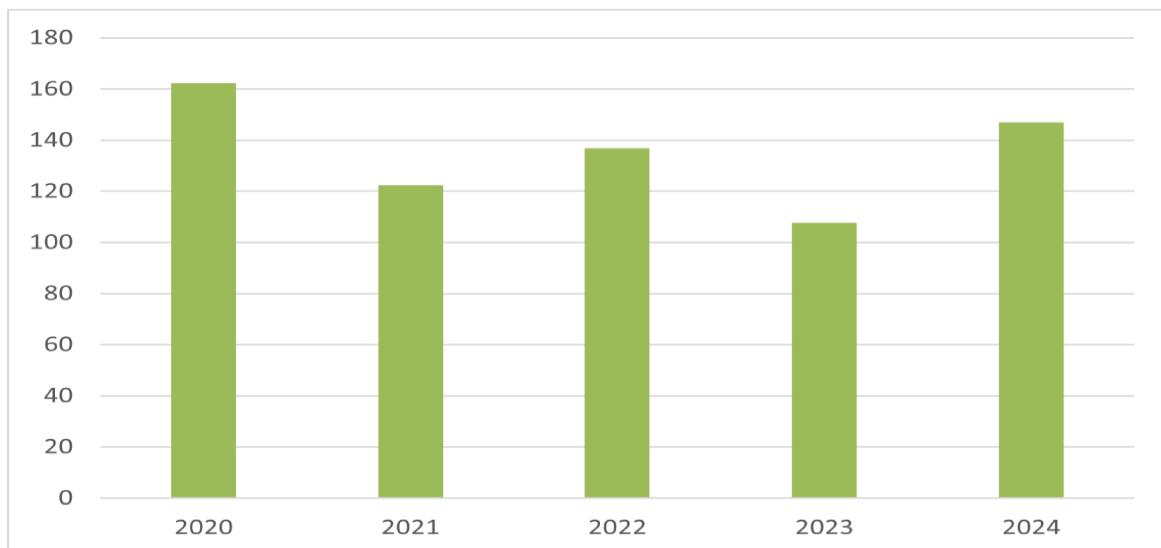
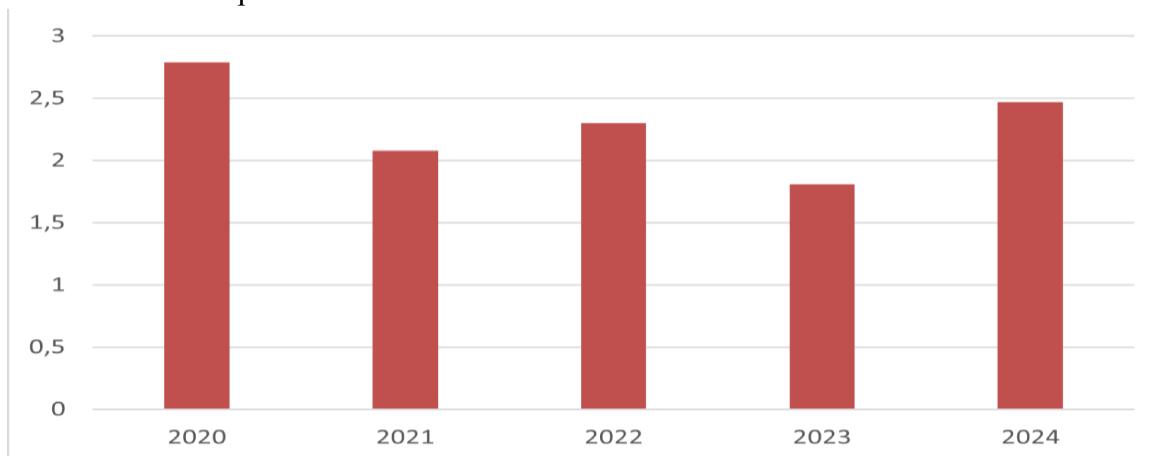


Gráfico 3- Crimes por mil habitantes.



A análise revela que 2023 foi o ano com menor índice de criminalidade violenta em Uberlândia nos últimos quatro anos, tanto em total absoluto quanto por mil habitantes. Já 2024 apresenta uma piora acentuada, especialmente em crimes graves como homicídios, estupros e roubos. Os dados sugerem a necessidade de ações de segurança pública mais intensas e políticas de prevenção para conter esse avanço.

MATERIAIS E MÉTODOS

A entrevista é uma das técnicas mais utilizadas na pesquisa qualitativa, especialmente nas ciências humanas, por permitir uma interação direta entre pesquisador e entrevistado, favorecendo a obtenção de informações ricas, profundas e contextualizadas. Essa técnica, ao contrário dos questionários fechados e padronizados, proporciona um espaço de diálogo, escuta e interpretação.

A entrevista é um procedimento que possibilita ao pesquisador captar tanto dados objetivos quanto subjetivos, bem como perceber expressões não verbais e nuances do discurso, o que a torna extremamente valiosa para a investigação qualitativa (Silva, Matos e Nascimento 2017, p. 24).

Há diferentes tipos de entrevistas, entre elas: estruturada, semiestruturada e aberta. Neste trabalho, dá-se ênfase à entrevista semiestruturada, por sua característica de equilíbrio entre direcionamento e flexibilidade. Ela possui um roteiro com perguntas previamente elaboradas, mas permite ao entrevistador modificar a ordem das questões, fazer perguntas adicionais ou aprofundar os temas conforme o desenrolar da conversa.

Na entrevista semiestruturada o entrevistador permite ao entrevistado falar livremente sobre o assunto, mas, quando este se desvia do tema original, esforça-se para a sua retomada (Gil 1999, p. 120).

A pesquisa foi desenvolvida com foco nos moradores do bairro São Jorge, localizado em Uberlândia (MG), por se tratar de uma região que apresenta significativa vulnerabilidade social e altos índices de violência, fatores que tornam o estudo sobre a relação entre políticas públicas de esporte, lazer e criminalidade especialmente relevante. A escolha desse bairro se deu, portanto, pela necessidade de compreender como jovens em contextos de risco social vivenciam ou não as oportunidades proporcionadas por políticas voltadas ao esporte e lazer, e de que forma essas experiências podem influenciar seus trajetos de vida.

Foram entrevistados quatro jovens residentes no bairro São Jorge. As entrevistas tiveram caráter semiestruturado, permitindo que os participantes relatassem suas vivências de maneira mais livre, mas também garantindo que os tópicos essenciais para a pesquisa fossem abordados. Essa escolha metodológica possibilitou captar não apenas dados objetivos, mas também percepções subjetivas, sentimentos e reflexões dos entrevistados sobre o impacto (ou a ausência) de políticas públicas em suas trajetórias. A escolha dos sujeitos ocorreu de forma intencional, considerando a proximidade com o território investigado e a possibilidade de contribuírem com as percepções sobre esporte, criminalidade e políticas públicas no contexto local. Os participantes contemplaram ambos os sexos, masculino e feminino, buscando representar diferentes experiências, como critério de inclusão definiu-se somente a faixa etária, priorizando moradores maiores de 18 anos e menores de 30 anos, faixa compreendida como um período de maior exposição a situações de vulnerabilidade social e de participação em atividades esportivas no território.

Para garantir os aspectos éticos da pesquisa, os entrevistados assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) antes da entrevista, assegurando que estavam

cientes dos objetivos do estudo, da confidencialidade das informações e da liberdade de participação. Após a coleta, todas as entrevistas foram integralmente transcritas para análise, respeitando-se a fala dos participantes e assegurando a fidelidade às suas narrativas.

Dessa forma, buscou-se preservar a integridade dos participantes, ao mesmo tempo em que se construiu um material confiável para análise acadêmica.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

As vivências relatadas pelos participantes estão diretamente relacionadas ao território em que residem, especificamente ao Poliesportivo São Jorge, local público que se configura como um espaço central para a prática de atividades físicas e para convivência comunitária do bairro.

A análise das entrevistas revelou que as políticas públicas de esporte e lazer desempenham um papel importante na formação humana, na socialização e na prevenção de comportamentos de risco, embora apresentem limitações estruturais. Os participantes destacaram que a participação em projetos esportivos trouxe benefícios concretos em suas vidas. Um participante afirmou que a prática esportiva durante a adolescência foi extremamente acolhedora e contribuiu para o seu desenvolvimento pessoal: “*na minha adolescência isso me abraçou, me ajudou 100%*”. Outro relato indicou que a prática esportiva ocupava o tempo livre e funcionava como proteção frente a influências negativas: “*esse momento que eu estava no poli com os meninos jogando era o momento que eu não ficava na rua ou até com más influências*”.

Os participantes destacaram ainda que o esporte promove pertencimento, autoestima e desenvolvimento humano. Um dos entrevistados relatou que a prática esportiva proporciona a sensação de utilidade e melhora o convívio social: “*o esporte faz a gente se sentir útil, ser humano de verdade, e você se torna uma pessoa agradável dentro do ambiente que você convive*”. Outro participante ressaltou os efeitos educativos e sociais, mencionando que a prática possibilitou aprender sobre respeito e trabalho em equipe: “*além de praticar esporte, eu pude fazer amizades novas e aprender sobre respeito e trabalho em equipe*”. Esses relatos estão alinhados com a literatura, que entende o lazer como espaço formativo, capaz de promover socialização, autonomia e aprendizagens significativas (Marcellino, 2006; Freire, 1996).

Apesar dos benefícios, foram identificadas limitações no acesso e na efetividade das políticas públicas. Um relato destacou que, apesar de existir estrutura no bairro, nem todos têm acesso efetivo às atividades: “*as práticas esportivas não são acessíveis para todos... Na verdade o poder político é um descaso com o esporte*”. Outro participante apontou problemas de horário e conflito com atividades laborais: “*o horário não era acessível pra mim... precisava trabalhar*”. Além disso, a falta de transporte, materiais e limpeza da infraestrutura foi destacada: “*sempre está com algumas folhas ou poeira, e isso atrapalha*”. Tais percepções corroboram Starepravo (2011), que indica que as políticas públicas de esporte e lazer no Brasil enfrentam descontinuidade e fragilidade estrutural, limitando sua efetividade.

Os relatos também indicam que o esporte e o lazer funcionam como mecanismos de proteção social. Um dos participantes afirmou que essas atividades oferecem oportunidades para crianças que permanecem nas ruas sem acompanhamento familiar: “*as portas pro esporte seriam muito favoráveis, principalmente pras crianças que ficam na rua*”. Em contrapartida, foi mencionado que a presença de tráfico ou consumo de drogas no entorno dos espaços limita a segurança: “*igual lá no poli tem ponto de venda de droga... o negócio é que não tem segurança, molecada chega ali e vê que ali é um ponto fácil*”. Ao mesmo tempo, outro participante reforçou que a prática esportiva fortalece a convivência comunitária: “*o esporte e o lazer ajudam a tirar o pessoal da rua e até criar um senso de comunidade*”.

Quanto às possibilidades de aperfeiçoamento, os participantes sugeriram medidas como reforço da segurança, valorização política, ampliação de horários e contratação de mais profissionais. Um dos relatos indicou que a presença de profissionais capacitados e a continuidade das ações são fundamentais para ampliar o alcance das políticas: “*necessário que fossem mais presentes na comunidade, com acompanhamento real e profissionais capacitados*”. Tais proposições confirmam que, embora o esporte seja reconhecido como instrumento preventivo, sua eficácia depende de planejamento, estrutura e integração com outras políticas públicas (Mascarenhas, 2016).

Todos os entrevistados demonstraram reconhecimento do valor do esporte e do lazer como espaços de socialização, aprendizado e afastamento de contextos de vulnerabilidade. O esporte é percebido como uma oportunidade de ocupar o tempo livre de forma saudável, principalmente entre crianças e adolescentes, reforçando o que defende Marcellino (2010), ao considerar o lazer como um direito social que deve ser

garantido pelo poder público, capaz de contribuir para o desenvolvimento humano e comunitário. Porém, há distanciamentos nas percepções sobre acesso, atuação do poder público e impactos individuais versus coletivos variam entre os participantes.

Um ponto comum identificado nas entrevistas foi o reconhecimento do papel preventivo e educativo do esporte, capaz de oferecer alternativas positivas diante da realidade social de bairros periféricos. Os entrevistados relataram que a participação em projetos esportivos, ainda que breve, contribuiu para “ocupar a mente”, “afastar das ruas” e “evitar más influências”, o que dialoga com Tubino (2002), que entende o esporte como fenômeno social com potencial para promover valores éticos, disciplina e cooperação. Em contrapartida, aqueles que não participaram de nenhuma iniciativa estruturada expressaram um sentimento de ausência e abandono por parte do poder público. Um dos entrevistados afirmou que *“a gente via os outros jogando, mas aqui no bairro não tinha nada. Quando o jovem não tem o que fazer, a rua ensina o que não devia”*. Essa fala revela a importância de políticas contínuas e de fácil acesso, que realmente alcancem os jovens das periferias.

Assim, as falas reforçam a importância dessas práticas como ferramentas de prevenção à criminalidade e promoção da cidadania, principalmente em territórios marcados por desigualdades.

Contudo, as entrevistas também revelaram limitações estruturais e institucionais nos projetos oferecidos no bairro. Houve menções frequentes à falta de continuidade das ações públicas, à escassez de investimentos e à divulgação insuficiente das atividades, o que impede que a comunidade tenha pleno acesso às oportunidades existentes. Em consonância com Bracht (2011), é possível afirmar que as políticas públicas de esporte e lazer ainda enfrentam desafios relacionados à gestão e ao planejamento, sendo muitas vezes executadas de forma pontual, sem articulação com outras políticas sociais.

Outro aspecto recorrente foi a demanda por maior diversidade de modalidades esportivas e por profissionais qualificados. Alguns participantes relataram que as atividades se concentram quase exclusivamente no futebol, enquanto outros expressaram o desejo de que o poder público amplie as opções de práticas — como dança, ginástica e outras atividades voltadas ao público feminino e idoso. Essa diversidade seria essencial para contemplar diferentes interesses e faixas etárias, reforçando a concepção de lazer como um campo plural e democrático (Gomes, 2004).

No que diz respeito ao acesso às atividades, as opiniões se dividiram. Parte dos entrevistados considera que os projetos são acessíveis a todos, enquanto outros apontam obstáculos como falta de transporte, horários incompatíveis com a rotina de trabalho e condições precárias de infraestrutura nos espaços públicos. Essa divergência evidencia que o simples oferecimento das atividades não garante sua efetividade, sendo necessário pensar em políticas de acessibilidade e permanência (Isayama, 2012).

Ao analisar as respostas à questão “*Na sua opinião, se tivesse tido acesso a essas atividades com mais frequência, sua trajetória teria sido diferente? Por quê?*”, percebe-se que todos os quatro entrevistados reconhecem o impacto positivo que o esporte e o lazer poderiam ter exercido em suas vidas, caso tivessem sido oportunidades constantes durante a infância e adolescência. As falas revelam percepções convergentes sobre o papel dessas atividades na formação pessoal, social e profissional dos jovens do bairro São Jorge.

Um dos entrevistados destacou a falta de oportunidades esportivas em sua juventude e associou essa ausência à limitação de suas perspectivas de futuro. Segundo ele, “*se eu tivesse participado mais de projetos assim, talvez teria seguido outro caminho, com mais foco e menos tempo na rua*”. Essa fala demonstra a compreensão de que o esporte atua como um agente de orientação e disciplina, favorecendo a construção de hábitos saudáveis e o afastamento de contextos de risco social.

Outro entrevistado enfatizou a importância do esporte como espaço de socialização e prevenção de comportamentos negativos, afirmando que “*muita gente acaba se perdendo por falta do que fazer. Se tivesse mais esporte, acho que eu e vários amigos não teríamos entrado em certas coisas*”. Já um terceiro entrevistado apontou o esporte como uma ferramenta de fortalecimento emocional e desenvolvimento de valores, dizendo que “*essas atividades ajudam a cabeça da gente, deixam a gente mais calmo e responsável. Quando eu jogava bola, parecia que tudo ficava melhor*”. Sua fala reflete a dimensão subjetiva do lazer e do esporte, que vai além do físico, alcançando também o equilíbrio mental e emocional dos praticantes.

Também foi ressaltada a falta de continuidade das ações públicas voltadas ao esporte na comunidade, destacando que “*até teve uns projetos bons aqui, mas duraram pouco. Se tivessem mantido, muita gente teria seguido outro rumo, talvez até trabalhando com esporte hoje*”. Essa observação evidencia uma fragilidade recorrente nas políticas

públicas: a ausência de planejamento a longo prazo e manutenção constante das iniciativas.

As quatro percepções convergem para a ideia de que o acesso contínuo e estruturado ao esporte e ao lazer é determinante para o desenvolvimento integral dos indivíduos e para a redução de vulnerabilidades sociais. Quando essas práticas são tratadas como direitos — e não apenas como atividades recreativas —, tornam-se instrumentos de transformação social e promoção da cidadania

As experiências pessoais relatadas também variaram em intensidade e impacto. Alguns participantes afirmaram que o envolvimento com o esporte resultou em mudanças significativas no comportamento, na responsabilidade e nas relações familiares, enquanto outros consideraram que a participação não trouxe transformações diretas, principalmente aqueles que tiveram contato breve com os projetos. Essa diferença reforça que o potencial educativo do esporte depende da qualidade da intervenção pedagógica, da frequência de participação e da presença de profissionais capacitados (Paes; Balbino, 2005).

De modo geral, as entrevistas apontam que o bairro São Jorge conta com iniciativas relevantes de esporte e lazer, mas que ainda carecem de uma política pública estruturada, contínua e articulada com as demandas locais. A carência de investimentos, a limitação de recursos humanos e materiais e a falta de estratégias eficazes de comunicação e acompanhamento comprometem o alcance dessas ações. Assim, os resultados evidenciam que o esporte, enquanto direito social previsto na Lei nº 9.615/1998 (Lei Pelé), precisa ser efetivamente compreendido como política pública de inclusão e transformação social, e não apenas como prática recreativa ou compensatória.

Os achados desta pesquisa demonstram que, embora o esporte e o lazer exerçam papel significativo na formação de valores e na redução da vulnerabilidade social, sua eficácia depende da continuidade, da diversidade de modalidades, da qualificação profissional e da integração entre poder público e comunidade. Portanto, reafirma-se o que defende Marcellino (2010): o lazer e o esporte, quando tratados como direitos e não privilégios, tornam-se instrumentos fundamentais na construção de uma sociedade mais justa, participativa e solidária.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve como objetivo geral analisar a partir da voz dos entrevistados como as políticas públicas de esporte e lazer influenciam na prevenção da criminalidade e na transformação social de moradores do bairro São Jorge, em Uberlândia. Para isso, buscou-se investigar relatos de pessoas que tiveram contato com projetos esportivos e de lazer, compreender os efeitos dessas experiências em suas trajetórias, comparar percepções sobre o acesso e a qualidade das políticas públicas e avaliar seus limites e possibilidades enquanto estratégias de prevenção à violência.

Os resultados indicaram que o esporte e o lazer são amplamente reconhecidos pelos participantes como espaços de convivência, aprendizado e afastamento de contextos de vulnerabilidade. Observou-se que essas práticas contribuem para o desenvolvimento de valores como disciplina, respeito e solidariedade, reforçando seu potencial educativo e social. Contudo, também se constatou a existência de dificuldades relacionadas à falta de continuidade dos projetos, escassez de recursos e ausência de infraestrutura adequada, o que limita o alcance e a efetividade das ações públicas no bairro.

A pesquisa evidenciou ainda que o acesso às políticas de esporte e lazer não ocorre de forma igualitária. Fatores como transporte, horários e pouca divulgação das atividades acabam restringindo a participação de parte da comunidade. Esses elementos demonstram a necessidade de políticas públicas mais organizadas, diversificadas e permanentes, que considerem as especificidades locais e promovam a inclusão de diferentes grupos sociais.

Como contribuição, este estudo reforça a importância de compreender o esporte e o lazer como direitos sociais e instrumentos de transformação, capazes de influenciar positivamente a formação cidadã e reduzir vulnerabilidades. A pesquisa amplia a discussão sobre o papel dessas políticas no contexto urbano e oferece subsídios para gestores e profissionais da área atuarem de forma mais efetiva junto às comunidades.

Apesar dos resultados alcançados, identificam-se lacunas que podem ser exploradas em futuras pesquisas, como a análise do impacto de programas esportivos em longo prazo, o acompanhamento das trajetórias de jovens participantes e a investigação da percepção de gestores e educadores que atuam nesses projetos. Estudos desse tipo podem contribuir para aprimorar as políticas públicas e consolidar o esporte e o lazer como práticas permanentes de inclusão social.

É importante ressaltar que as análises e conclusões apresentadas neste trabalho baseiam-se nas percepções e experiências relatadas pelos quatro participantes da

pesquisa. Dessa forma, os resultados obtidos não devem ser generalizados para toda a população, uma vez que refletem realidades específicas do grupo entrevistado e do contexto em que estão inseridos. O intuito deste estudo não é estabelecer verdades universais, mas compreender de forma mais aprofundada as vivências desses sujeitos e como o esporte e o lazer se manifestam em suas trajetórias individuais.

Conclui-se, portanto, que as políticas públicas de esporte e lazer possuem grande potencial transformador, desde que sejam planejadas e executadas com continuidade, investimento e participação comunitária. Quando tratadas como prioridade e não como ação complementar, essas políticas tornam-se fundamentais na construção de uma sociedade mais justa, segura e participativa.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, M. **Juventude, violência e vulnerabilidade social na América Latina: desafios para políticas públicas.** Brasília:UNESCO,2002.
- AMARAL, Jefferson Ney; LOPES, Brenner; CALDAS, Ricardo Wagendorff. ***Políticas públicas: conceitos e práticas.*** Brasília: Universidade de Brasília, 2008.
- BOURDIEU, P. **A dominação masculina.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.
- BRACHT, Valter. ***Educação Física e Aprendizagem Social: uma abordagem crítico-superadora.*** São Paulo: Cortez, 1999.
- BRACHT, Valter. ***Sociologia crítica do esporte: uma introdução.*** 2. ed. Ijuí: Unijuí, 2011.
- BRASIL. ***Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.*** Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 16 jul. 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 22 jun. 2025.
- BRASIL. ***Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998.*** Institui normas gerais sobre desporto e dá outras providências. *Diário Oficial da União: seção 1*, Brasília, DF, 25 mar. 1998. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9615.htm. Acesso em: 22 jun. 2025.
- BRASIL. ***Lei nº 11.438, de 29 de dezembro de 2006.*** Dispõe sobre incentivos e benefícios para fomentar as atividades desportivas. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 29 dez. 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11438.htm. Acesso em: 22 jun. 2025.
- BRASIL. ***Ministério do Esporte. Plano Nacional do Esporte.*** Brasília: Ministério do Esporte, 2016. Disponível em: <https://www.gov.br/esporte/pt-br/assuntos/plano-nacional-do-esporte>. Acesso em: 23 jun. 2025.
- CASTELLANI FILHO, L. ***Política, esporte e sociedade: fundamentos para uma análise crítica.*** São Paulo: Cortez, 2001.
- FREIRE, Paulo. ***Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.*** 21. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- FUNDAÇÃO UBERLANDENSE DO TURISMO, ESPORTE E LAZER – FUTEL. ***A Futel. Uberlândia: Prefeitura Municipal de Uberlândia, 1978–.*** Disponível em: <https://www.uberlandia.mg.gov.br/futel>. Acesso em: 04 fev. 2025.

GOMES, Christianne Luce. *Lazer: conceitos e perspectivas*. Campinas: Autores Associados, 2004.

ISAYAMA, Hélder Ferreira. *Lazer, política e sociedade*. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

MARCELLINO, Nelson Carvalho. *Lazer, cultura e sociedade: reflexões sobre o espaço do tempo livre*. São Paulo: Summus, 2006.

MARCELLINO, Nelson Carvalho. *Lazer e educação*. 13. ed. Campinas: Papirus, 2010.

MASCARENHAS, H. *Esporte e cidadania: políticas públicas e inclusão social*. Rio de Janeiro: Mauad, 2016.

MINAYO, M. C. S. **Violência e saúde**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2006.

PAES, Roberto R.; BALBINO, Heloisa F. *Pedagogia do esporte*. Campinas: Autores Associados, 2005.

PET Estatística da UFU disponibiliza painel interativo sobre a criminalidade violenta em Minas Gerais. *Comunica UFU*, Uberlândia, 02 dez. 2024. Disponível em: <https://comunica.ufu.br/noticias/2024/12/pet-estatistica-da-ufu-disponibiliza-painel-interativo-sobre-criminalidade>. Acesso em: 08 abr. 2025.

PREFEITURA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA. *Portal oficial*. Uberlândia, MG. Disponível em: <https://www.uberlandia.mg.gov.br>. Acesso em: 04 fev. 2025.

STAREPRAVO, R. *Políticas públicas de esporte e lazer no Brasil: desafios e perspectivas*. Rio de Janeiro: FGV, 2011.

TUBINO, Manoel José Gomes. *Dimensões sociais do esporte*. São Paulo: Cortez, 2002.

ZAFFARONI, E. R. **Em busca das penas perdidas:** a perda da legitimidade do sistema penal. 5. ED. Rio de Janeiro: Revan, 2007.

.

APÊNDICE 1- TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO FÍSICA E FISIOTERAPIA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO FÍSICA**

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE

Prezado(a),

Você está sendo convidado(a) a participar da entrevista “Políticas públicas de esporte e lazer em Uberlândia: o impacto do esporte no combate à criminalidade e violência”, sob a responsabilidade da pesquisadora Maria Eduarda Nunes de Freitas e de seu orientador, Prof. Dr. Sérgio Inácio Nunes.

A pesquisa tem como objetivo principal analisar como as políticas públicas de esporte e lazer influenciam na prevenção da criminalidade e na transformação social de moradores do bairro São Jorge em Uberlândia, com base em diferentes trajetórias de vida.

Sua participação é voluntária envolvendo uma entrevista semiestruturada, e caso deseje interromper a participação ou quiser desistir de continuar em qualquer momento, tem absoluta liberdade de fazê-lo sem nenhum prejuízo ou coação. O instrumento está dividido da seguinte forma: 14 perguntas já estruturadas, podendo ser alteradas de acordo com a resposta do convidado.

Na publicação dos resultados desta pesquisa, sua identidade será preservada. Serão omitidas todas as informações que permitam identificá-lo. Mesmo não tendo benefícios diretos em participar, indiretamente você contribuirá para a compreensão do fenômeno estudado e para a produção de conhecimento científico.

Qualquer dúvida a respeito da pesquisa, você poderá entrar em contato com o orientador Prof. Dr. Sérgio Inácio Nunes pelo e-mail sin@ufu.br.

Uberlândia, ____ de setembro de 2025

Eu aceito participar do projeto citado acima, voluntariamente, após ter sido devidamente esclarecido

APÊNDICE 2 – ROTEIRO DE ENTREVISTA

Idade:

1. Alguma vez participou de algum projeto social com foco em esporte ou lazer? Como foi essa experiência?
2. Na sua opinião, se tivesse tido acesso a essas atividades com mais frequência, sua trajetória teria sido diferente? Por quê?
3. O que você acha que faltou na sua comunidade em termos de apoio para os jovens?
4. Como você conheceu o projeto esportivo/lazer do qual participa ou participou?
5. De que forma essa participação influenciou sua vida pessoal, familiar ou profissional?
6. Na sua opinião, as atividades esportivas oferecidas na sua comunidade são acessíveis para todos?
7. O que você acha que poderia melhorar nos programas de esporte e lazer oferecidos pelo poder público?
8. Para você, qual é a importância dessas atividades em um bairro como o seu?
9. Você acredita que o esporte e o lazer podem ajudar a afastar os jovens da criminalidade? Por quê?
10. Quais são os principais desafios para que esses projetos realmente cheguem a quem mais precisa?
11. O que você sugeriria para que as políticas públicas de esporte e lazer sejam mais eficazes na prevenção da violência?
12. Você conhece casos de pessoas que mudaram de vida graças a essas iniciativas?